



Campanha Nacional já debateu emprego, jornada e igualdade

A Contraf-CUT, representada pelo Comando Nacional, já realizou três rodadas de negociações com os bancos, na Campanha Nacional 2024. A primeira reunião ocorreu no dia 26/06 e tratou sobre o emprego. Nas negociações do dia 02/07, o tema foi jornada de trabalho e no dia 11/07 os representantes das bancárias e bancários reivindicaram à Fenaban a igualdade de oportunidades nos bancos, principalmente o fim das distorções salariais entre gêneros, o combate ao preconceito e condições igualitárias nos processos de ascensão profissional. **Leia mais na Página 3**



CAMPANHA NACIONAL NAS RUAS

Caravana da Fetec-CUT/PR foi sucesso



A Fetec-CUT/PR, com apoio dos seus 10 sindicatos filiados e da CUT Paraná, promoveu uma caravana para o lançamento da Campanha Nacional 2024 nas diversas regiões do estado. Ao todo, foram oito cidades visitadas.

PÁGINA 2

Negociações com o BB e a Caixa

Página 3

Gratificação de caixas

Justiça cassa liminar, mas processo negocial está garantido

Página 4

JUROS ALTOS
Campos Neto boicota a economia e joga contra o Brasil
Página 4



Caravana da Fetec-CUT/PR lançou a Campanha Nacional no estado



Toledo



Campo Mourão



Umuarama



Paranavaí

A Fetec-CUT/PR, com apoio dos seus 10 sindicatos filiados e da CUT Paraná, promoveu uma maratona de atos públicos para o lançamento da Campanha Nacional 2024 nas diversas regiões do Paraná. Ao todo, foram oito cidades visitadas (Curitiba, Cornélio Procópio, Apucarana, Londrina, Toledo, Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí). A caravana iniciou no dia 28/06, em Curitiba, e terminou no dia 05/07, em Paranavaí.

Os dirigentes percorreram a região central dessas cidades, levando para a categoria todas as reivindicações aprovadas na Conferência Nacional. Conversaram também com a população para explicar que algumas das pautas defendidas são de interesse da sociedade, como, por exemplo, a redu-

ção dos juros bancários.

“A caravana foi um sucesso. Conseguimos atingir a todos e falamos dos nossos anseios, como aumento real, PLR, melhores condições de trabalho, fim do fechamento de agências, mais contratações e também pautas que interessam ao conjunto da sociedade”, lembrou o presidente da Fetec-CUT/PR, Deonísio Schmidt. O coordenador do Pactu e presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, Wendrel Minare Vieira, avaliou que as bancárias e bancários mostraram a sua força e que estão determinados na luta por manutenção de direitos e novas conquistas.



ACESSE E LEIA MAIS

Gratificação de caixas

Justiça cassa liminar, mas processo negocial está garantido

De forma unânime, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Brasília, decidiu pela cassação da liminar que mantinha o pagamento da gratificação dos caixas do Banco do Brasil. Tratava-se de uma conquista do jurídico da Contraf-CUT desde a divulgação da medida, em fevereiro de 2021, que garantia esse direito para os detentores da função de caixa. Ao tomar conhecimento da decisão, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) reafirmou que, independentemente da decisão do TRT, não aceitará nenhuma redução na gratificação

dos caixas e lembrou, inclusive, que a pauta dos caixas está na minuta de reivindicações entregue ao BB. A resposta dos representantes do BB também foi imediata, garantindo que o banco não tomará nenhuma decisão até receber o acórdão da decisão do TRT. O BB também se comprometeu a não implementar nenhuma mudança sem que antes o assunto seja debatido em mesa de negociação.



ACESSE E LEIA MAIS



Emprego e carreira abriram negociações na Caixa

A primeira reunião de negociação para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) das empregadas e empregados da Caixa foi realizada no dia 02/07. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa levou para a mesa de negociações dois dos temas mais importantes para os trabalhadores: emprego e carreira. A CEE expôs também a preocupação com a sobrecarga de trabalho, que tem levado ao adoecimento das empregadas e empregados da Caixa. Isso é consequência da redução do quadro de pessoal do banco, mas também do aumento no número de clientes e serviços, segundo a CEE. Por isto uma das principais reivindicações é mais contratações. Para a representação sindical das empregadas e empregados, além de mais contratações, muita coisa precisa melhorar para quem já trabalha no banco. A CEE cobrou a nomeação efetiva de função, a discussão sobre os processos de seleção interna (PSI), o fim dos descomissionamentos arbitrários, a melhora dos programas de avaliação de desempenho e a promoção por mérito. A segunda reunião de negociação aconteceu no dia 12/07 e debateu jornada e teletrabalho, mas até o fechamento desta edição não se tinha informações sobre o resultado. É provável que a Caixa apresente uma proposta global assim que esgotar o debate sobre os itens da pauta de negociações específicas.

Negociações com o BB focaram emprego

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) e a direção do banco já realizaram duas reuniões de negociações. A primeira delas, em 27/06, definiu o calendário de reuniões. No dia 03/07, o foco foi o emprego, com destaque para os problemas trazidos pela terceirização. A CEBB apresentou os impactos negativos que a terceirização tem proporcionado para clientes e funcionários do BB e reforçou a importância de um banco público que atenda a população com seu próprio quadro de funcionários. Entre as principais reivindicações dos funcionários do BB estão: valorização salarial, acesso à Caixa de Assistência dos Funcionários do BB para todos os trabalhadores de bancos incorporados, revisão dos salários de cargos como caixa, supervisor de atendimento e



gerente de serviço, fim do programa Performa e das distorções causadas sobre o encarreiramento, entre outras. No dia 12/07, ocorreu a segunda negociação, sobre cláusulas sociais. As próximas reuniões estão agendadas para 19/07, sobre igualdade de oportunidades, e 26/07, sobre saúde e condições de trabalho.

CAMPANHA NACIONAL

Negociações já debateram emprego, jornada e igualdade



Cumprindo agenda de negociações da Campanha Nacional 2024, o Comando Nacional dos Bancários e representantes da Fenaban já se reuniram três vezes desde o dia 26/06. Na primeira reunião o tema foi emprego. Os trabalhadores apresentaram números demonstrando que bancos estão substituindo as contratações formais por terceirizados. Até mesmo na área de tecnologia da informação, onde houve expansão, os bancos priorizam as terceirizações.

Cláusulas sociais e Igualdade de Oportunidades – Já no dia 02/07, na segunda reunião de negociações, as

discussões se concentraram na reivindicação por jornada reduzida. A proposta defendida pela Contraf-CUT e pelo Comando Nacional é diminuir a jornada para quatro dias da semana, sem redução de salários. Também foi debatido o teletrabalho e a segurança bancária. E no dia 11/07 as negociações envolveram igualdade de oportunidades.

O Comando reivindicou o fim das distorções salariais entre gêneros, o combate ao preconceito e condições igualitárias nos processos de ascensão dentro dos bancos para mulheres, pessoas com deficiência (PcDs), negros e negras e LGBTs.

AGENDA DE NEGOCIAÇÕES

Dias 18 e 25/07 – Saúde e condições de trabalho, incluindo discussões sobre pessoas com deficiência (PcDs), neurodivergentes e combate aos programas de metas abusivas.

Financiários e Acrefi definem calendário de negociações

Em reunião realizada no dia 05/07, os financiários e a Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) definiram o calendário de negociações da Campanha Nacional 2024. Durante a conversa, o movimento sindical solicitou a organização de uma pesquisa sobre a categoria, com o objetivo de compreender mais profundamente os trabalhadores que a compõem. Também foi reivindicada a lista das empresas que serão signatárias da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como o número de trabalhadores em cada uma delas. A primeira reunião de negociações aconteceu no dia 12/07, sobre as cláusulas sociais e igualdade de oportunidades. Para o dia 16/07 estava prevista negociações sobre emprego e para o dia 19/07 sobre saúde e condições de trabalho. Nos dias 23 e 30/07 serão negociadas as cláusulas econômicas.

Juros altos

Campos Neto boicota a economia e joga contra o Brasil



A CUT e os movimentos populares realizam intensos protestos contra as altas taxas de juros

Os últimos meses têm sido marcados por intensos protestos da CUT, demais centrais sindicais e movimentos populares, além de setores produtivos, contra a alta taxa de juros mantida pelo Banco Central, desde agosto de 2022 acima dos 10,5%. É a maior taxa real do mundo e traz inúmeros prejuízos à economia do país e, sobretudo, à população brasileira.

Como se sabe, o BC é comandado desde 2019 pelo bolsonarista Roberto Campos Neto. A ingerência dele nas decisões do Comitê de Política Monetária (Copom) tem mantido a taxa Selic nas alturas, prejudicando muito a retomada do crescimento econômico brasileiro. A justificativa é uma suposta tendência de

aumento da inflação e desvalorização do real. Porém, renomados economistas brasileiros têm sustentado que essa expectativa é falha porque a moeda está estável e não há um cenário de inflação em alta. Ao manter a Selic elevada, o BC deixa de cumprir uma das suas principais obrigações, que é colaborar com aumento do nível de empregos no Brasil. Os juros altos prejudicam o país e a sociedade de várias formas: aumenta os custos do pagamento dos títulos da dívida pública, reduz recursos para áreas importantes como saúde e infraestrutura, encarece o crédito para famílias e empresas, aumenta o endividamento e, ao mesmo tempo, impede investimentos na economia e geração de mais empregos.

Taxa Selic virou arma política

Todos sabem que Campos Neto é uma "herança" deixada pelo ex-presidente Bolsonaro (PL). O secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previtalte afirma que, nitidamente, o Copom se tornou um instrumento político e com forte capacidade de travar a economia. "Estamos vendo isso na gestão Campos Neto, que tem realizado diversas movimentações político-partidárias, como ir a um almoço oferecido para ele, pelo governador de São Paulo,

Tarcísio de Freitas (Republicanos), recentemente", lembrou. Por causa dessa ostensiva motivação político-partidária de Campos Neto, comprometendo a imparcialidade do Banco Central, a bancada do PT na Câmara dos Deputados protocolou uma ação popular contra o presidente do BC, denunciando a atitude dele, que contraria os princípios norteadores da administração pública previstos na Constituição Federal. O mandato de Campos Neto só termina em dezembro de 2024 e o próximo presidente do BC será nomeado pelo presidente Lula.

Os juros altos prejudicam a vida de todos

Não somente o cidadão, mas também as empresas, o comércio, as indústrias, a agricultura e a pecuária são diretamente afetados pelos efeitos da política monetária definida pelo Banco Central. Para o cidadão comum os impactos mais cotidianos são sentidos na hora de pagar as contas, principalmente ao entrar no rotativo do cartão de crédito ou ao comprar bens de consumo à prazo. Como os juros estão embutidos nas parcelas, a pessoa não percebe que compra um, mas acaba pagando por três. Já o setor produtivo é afetado porque o crédito para investimentos fica mais caro e, além disso, o consumo cai e isso impacta na produção. Ou seja, se não há consumo, não há produção, se não há produção não há empregos, se não há empregos não há consumo e assim a economia não gira. Juros altos impactam também nas contas do governo e em políticas importantes, como saúde, moradia e assistência social. Com a Selic alta, o governo fica obrigado a dispor de mais recursos e a emitir títulos da dívida pública, que são adquiridos pelos mais ricos. Quanto mais alta a taxa de juros, mais o governo gasta com a dívida. Assim, ao invés do governo ter dinheiro para investir, gerar emprego e renda, é obrigado a pagar juros para os especuladores do mercado financeiro.

Autonomia trava o desenvolvimento e gera desigualdade

Em 2021, quando o ex-presidente Bolsonaro sancionou a lei que deu autonomia ao Banco Central, a CUT alertou sobre as consequências que a sociedade poderia sofrer. Se antes a instituição era subordinada ao executivo, a partir da Lei Complementar 179/2021 passou a ter autonomia para, por exemplo, como acontece hoje, manter taxas elevadas de juros como política monetária. Com a autonomia do BC, seu presidente também ganhou poder e, se tiver lado político, como é o caso do bolsonarista Campos Neto, ele pode atuar para boicotar o governo mantendo a taxa básica de juros em patamares elevados. Essa medida penaliza muito a classe trabalhadora e favorece os rentistas (aqueles que ganham dinheiro com aplicações financeiras) e os bancos. Em outras palavras, com a taxa Selic elevada, o BC transfere recursos da população ao sistema financeiro, promovendo ainda mais desigualdade no país.